

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER**

MARIA VALESCA ENDRESS CARDOSO

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA MULHER AGRICULTORA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA/RS.**

Santo Antônio da Patrulha/RS

2017

MARIA VALESCA ENDRESS CARDOSO

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA MULHER AGRICULTORA RURAL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA/RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof. Dra. Flávia Charão Marques

Coorientador: Me. Lucas Oliveira do Amorim

Santo Antônio da Patrulha/RS

2017

MARIA VALESCA ENDRESS CARDOSO

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA MULHER AGRICULTORA RURAL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA
PATRULHA/RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (_____)

Prof(a). Dra. Flávia Charão Marques
Orientadora
UFRGS

Prof(a). Dra. Aline Hernandez
UFRGS

Prof. Dr. João Dorneles Ramos
Instituição

Santo Antônio da Patrulha, _____ de _____ de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo às mulheres, especialmente às rurais, que com sua incansável força, determinação e trabalho, lutam por uma nova perspectiva de vida para todas nós.

AGRADECIMENTOS

A minha Orientadora Professora Flávia Charão Marques, ao meu Coorientador Tutor Lucas Oliveira do Amorim, à Tutora à distância Judit Herrera Ortuno, e à Tutora presencial Cristiane Cabral Niemeyer; obrigada pela disponibilidade, atenção e carinho. À UFRGS, de uma forma geral, e a todos os Professores e Tutores do curso, que se empenharam em me transmitir os conhecimentos necessários para minha formação. Ao Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha, que, através da Professora Dilce Eclai de Vargas Gil Vicente, me deu todas as condições de empreender esta jornada. Aos colegas de curso pelos nossos debates que tanto me enriqueceram.

Agradeço aos meus pais por toda a estrutura familiar que me proporcionaram desde sempre, e pelos valores que me ensinaram a cultivar. Ao meu marido que soube compreender a minha necessidade de um tempo maior dedicado à pesquisa. Aos meus familiares e amigos que me incentivaram, e torceram muito pelo meu sucesso.

RESUMO

As mulheres agricultoras, invisibilizadas em seus papéis de reprodução (cuidados com a família, a casa e seu entorno), como resultado de suas lutas, passam a desempenhar papéis de produção (na agricultura, agroindústria e comercialização), até então reservados aos homens. A partir destas lutas, sua atuação não só ganha visibilidade, como também entra em um processo de modificação de paradigma, assumindo contornos de protagonismo e empoderamento, não só na dimensão econômica, mas também política, social e ecológica. Diante disso, esta pesquisa pretende investigar, de que forma a nova atuação da mulher agricultora influencia no desenvolvimento rural sustentável de Santo Antônio da Patrulha.

Palavras-chave: Mulheres Agricultoras. Visibilidade. Empoderamento. Desenvolvimento Rural Sustentável.

RESUMEN

Las mujeres agricultoras, invisibilizadas en sus papeles de reproducción (cuidados con la familia, la casa y su entorno), como resultado de sus luchas, pasan a desempeñar papeles de producción (en la agricultura, agroindustria y comercialización), hasta entonces reservados a los hombres. A partir de estas luchas, su actuación no sólo gana visibilidad, sino que también entra en un proceso de modificación de paradigma, asumiendo contornos de protagonismo y empoderamiento, no sólo en la dimensión económica, sino también política, social y ecológica. En este sentido, esta investigación pretende investigar, de qué forma la nueva actuación de la mujer agricultora influye en el desarrollo rural sostenible de Santo Antônio de la Patrulla.

Palabras Clave: Mujeres Agricultoras, Visibilidad, Empoderamiento, Desarrollo Rural Sostenible.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa Político de Santo Antônio da Patrulha	10
Figura 2	- Agricultora mostrando os canteiros feitos por ela	20
Figura 3	- Agricultora montando e organizando a banca de comercialização	21
Figura 4	- Agricultora comercializando seus produtos	21
Figura 5	- Agricultora atuando no plantio da cana	23
Figura 6	- Agricultora atuando na Agroindústria	23
Figura 7	- Irmãs agricultoras coordenando evento no Sindicato	24
Figura 8	- Palestra sobre Economia Solidária no STRSAP em 19/09/2017	26
Figura 9	- Reportagem com agricultora na EXPOINTER	27
Figura 10	- Evento da Semana da Alimentação Saudável no STRSAP, em 26/10/2017	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRISAP	-	Feira do Agricultor de Santo Antônio da Patrulha
APA	-	Área de Proteção Ambiental
APRODESI-Sol	-	Associação de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e do Intercâmbio Solidário
CPF	-	Cadastro de Pessoa Física
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
DMA	-	Departamento do Meio Ambiente
EAN	-	Educação Alimentar e Nutricional
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAG	-	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FETRAF	-	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
IRGA	-	Instituto Rio Grandense do Arroz
Km	-	Quilômetro
km ²	-	Quilômetros quadrados
MMTR	-	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PEAF	-	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PLAGEDER	-	Bacharelado em Desenvolvimento Rural
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	-	Rio Grande do Sul
SAP	-	Santo Antônio da Patrulha
SDR	-	Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.
STRSAP	-	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	10
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO LOCAL.....	10
2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	12
3 ASPECTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR	13
3.1 DESIGUALDADES DE GÊNERO	13
3.2 EMPODERAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES	15
3.3. ATUAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	17
4 O DESEMPENHO DOS DIFERENTES PAPÉIS DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR	19
5 AS MULHERES E O ENFRENTAMENTO DAS BARREIRAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30
APÊNDICES:	32
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA:	32
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO.	33
ANEXOS:	34
ANEXO A: QUADRO SÓCIO/ ECONÔMICO DAS ENTREVISTADAS.	34

1. INTRODUÇÃO

No meio rural, algumas mulheres têm participado de forma mais ativa na condução dos trabalhos, quer seja nas propriedades rurais como nas agroindústrias, empreendendo, tomando decisões, garantindo a segurança alimentar e conquistando novas fontes de ganho e renda para suas famílias, como forma de complementação e em alguns casos como renda principal.

Durante os dois estágios, correspondentes à grade curricular do curso de Bacharelado em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, percebeu-se que a participação das mulheres, para além das atividades práticas, se dá também na tomada de decisões. Do mesmo modo, são bastante notórias suas interações nas comunidades onde estão inseridas, e até mesmo no município. Neste sentido, o trabalho e participação das mulheres podem produzir benefícios, tanto para elas e suas famílias, como para o processo de desenvolvimento sustentável local e regional.

Por outro lado, é bastante evidente que há continuidade do paradigma anterior, onde o poder de decisão e de gestão em todos os âmbitos, dentro e fora da propriedade rural, é reservado ao homem. Ou seja, a mulher ainda tem sua ação bastante restrita às decisões dentro do lar, o que pode influenciar processos mais amplos de desenvolvimento rural, em especial tomando uma noção de sustentabilidade ampla, em outras palavras, que abranja mudanças tanto ambiental quanto socialmente significativas.

As atividades das mulheres rurais para além do âmbito doméstico (privado) vêm contribuindo para o aumento da autoestima da mulher, afetando por consequência, a autoestima da própria família. Estudos revelam que tais transformações vêm, aos poucos, ocorrendo e gerando melhores perspectivas de vida para as mulheres, e para toda a população rural, possibilitando sua permanência no campo, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade, buscando garantir a sustentabilidade do planeta.

Assim, este estudo busca contribuir com a reflexão sobre a intensidade da participação das mulheres rurais nos processos de produção e comercialização, nos âmbitos familiar e local, e como esta participação pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável de Santo Antônio da Patrulha.

O município possui uma área de 1049 Km² e conta com uma população de 39.685 habitantes, sendo que destes, 11.574 vivem na zona rural e 28.111 vivem na zona urbana. O município caracteriza-se por um maior número de pequenas propriedades, com grande parte

delas enquadradas como de agricultura familiar, com a atividade agrícola desempenhando papel preponderante na geração de trabalho e renda das famílias rurais.

Em Santo Antônio da Patrulha, a situação das mulheres agricultoras, não é diferente das demais. Porém, algumas delas, antes invisibilizadas em seus afazeres domésticos (cuidados com a casa e a família), e de seu entorno (cuidados com horta, quintal e animais de pequeno porte), passaram a desempenhar papéis até então reservados aos homens. Com isto, sua atuação não só ganha visibilidade, como também entra em um processo de modificação, assumindo contornos de protagonismo e empoderamento, não só na dimensão econômica, mas também política, social e ecológica.

Diante disto, a pesquisa que dá origem a este trabalho, teve como objetivo final, investigar de que forma a atuação de algumas mulheres agricultoras, de três comunidades do município, influencia no desenvolvimento rural sustentável de Santo Antônio da Patrulha. No sentido de cumprir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever os papéis das mulheres agricultoras e como seu desempenho contribui para dar maior visibilidade a elas;
- Identificar as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres agricultoras nas áreas de produção e comercialização.

Após ouvir o que diziam as entrevistadas e observar suas atividades dentro e fora da propriedade, buscou-se então traçar um panorama, que nos levou a acreditar numa correlação entre sua atuação mais participativa em atividades de gerenciamento e comercialização, bem como em atividades além do âmbito familiar, com o seu desenvolvimento pessoal e melhores condições de trabalho e renda para as mulheres em geral.

2. SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO LOCAL

Como mencionado anteriormente, o local de realização da pesquisa é o município de Santo Antônio da Patrulha, localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Figura 1).

Figura 1. Mapa Político de Santo Antônio da Patrulha.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, 2017.

Conforme publicação no site oficial da Prefeitura Municipal:

Santo Antônio da Patrulha é um dos quatro primeiros Municípios do Rio Grande do Sul. Sua colonização foi basicamente de origem açoriana, passando, com o decorrer do tempo, a ser ocupado também por italianos, alemães e poloneses. Em 1760 foi elevado à condição de Freguesia para, em 1809 passar a Vila e, em 03 de abril de 1811 foi instalado o Município de Santo Antônio da Patrulha, que recebeu essa denominação em função das patrulhas instaladas em seu território, objetivando a cobrança de impostos para a Coroa. Simultaneamente, Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre, receberam a mesma condição formando assim os quatro municípios mais antigos do Rio Grande do Sul. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2002, p.1).

Trata-se de um dos municípios mais antigos do estado. A região onde está situado era, inicialmente, território habitado por indígenas de origem Guarani. De acordo com dados oficiais da Prefeitura Municipal, os Campos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

“favoreciam a criação de rebanhos bovinos e equinos e, a partir de 1743, foram distribuídas as primeiras sesmarias, geralmente a paulistas e lagunistas, nos Campos de Tramandaí” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 2002, p.2).

Com a chegada, por volta de 1870, de famílias de descendentes de portugueses, com seus escravos africanos, a população indígena foi sendo dizimada, e suas terras tomadas para implantação de lavouras. Os povoadores, gradativamente, foram solidificando uma agricultura de subsistência. Entre outros produtos como aipim, feijão, batata-doce e vassoura, foram plantadas, principalmente, lavouras de cana-de-açúcar, que era transformada em cachaça, melado, açúcar mascavo e rapadura e impulsionou a economia do povoado que se formava. Tais produtos eram utilizados como moeda de troca por outros, que não eram produzidos ali. O transporte dos produtos era feito por carretas puxadas por bois (FALKOSKI; MACHADO; SANTOS, 2008).

No início dos anos 1900 foi introduzida a cultura do arroz em grandes propriedades, que juntamente com a criação de gado, passou a constituir a base da economia do município. Com o tempo, outros cultivos também foram sendo introduzidos e, apesar do arroz e do gado continuarem sendo produzidos em grande escala, a atividade agrícola diversificou-se, e a produção de alimentos tem, hoje, relevante participação na geração de renda. O município conta, ainda, com algumas instituições para o apoio da agricultura, como: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz), Sindicato Rural, STRSAP (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha) e Polo Universitário.

Atualmente os setores de comércio e de serviços, juntamente com a indústria de calçados, máquinas e implementos agrícolas, constituem elementos importantes na conformação da renda do município. No setor rural, a criação de gado, o cultivo do arroz e seu beneficiamento, bem como da cana de açúcar e a produção de verduras e legumes representam grande parte da renda das famílias.

Do ponto de vista geográfico e ambiental, Santo Antônio da Patrulha encontra-se inserido na APA (Área de Proteção Ambiental) do Banhado Grande, que é uma unidade de conservação de uso sustentável, que abrange grande parte do município, juntamente com Gravataí, Glorinha e Viamão. A APA do Banhado Grande é uma das áreas úmidas mais importantes do Rio Grande do Sul, sendo sua biodiversidade conhecida pela grande diversidade de aves, especialmente as migratórias, e considerada por especialistas como de relevância para a conservação global (DMA/SAP, 2007).

Esta área está inserida na Bacia do Rio Gravataí, que integra a Região Hidrográfica do Guaíba, da qual faz parte Santo Antônio da Patrulha. Por sua localização em uma área de transição, encontram-se no Município os Biomas Mata Atlântica e Pampa. O domínio do Bioma Mata Atlântica pode ser definido pela presença predominante de vegetação florestal. Já o Bioma Pampa define-se por um conjunto de vegetação de campo, em relevo predominante de planície. Ambos são considerados como ecossistemas ameaçados pela ação degradadora do homem (ATLAS SOCIO ECONÔMICO DO RS, 2017).

2.2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem, a pesquisa foi qualitativa, procurando a compreensão dos aspectos sociais, naturais e econômicos, do grupo escolhido, buscando relacionar o conjunto de tais aspectos com o desenvolvimento rural sustentável da região.

O estudo constituiu-se de natureza básica, como forma de aprofundar e gerar conhecimentos, sendo também um estudo exploratório, quanto ao seu objetivo, a fim de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2007), se utilizando, para tanto, dos procedimentos de: levantamento bibliográfico e pesquisa de campo (entrevistas).

A coleta de dados se deu pela pesquisa bibliográfica e eletrônica, bem como por pesquisa semiestruturada, com entrevistas orientadas por roteiro, permitindo maior flexibilidade de respostas. O trabalho valeu-se ainda de caminhada transversal, onde, à medida que se fazia um percurso pela propriedade, conversava-se informalmente sobre o trabalho das mulheres e seu dia a dia, possibilitando uma maior interação entre a pesquisadora e as mulheres pesquisadas.

A observação utilizada foi do tipo participante, quando o investigador participa como membro da população pesquisada, “obtendo informações sobre a realidade dos atores sociais, em seus próprios contextos”, contexto este de que faz parte, até certo ponto, a pesquisadora (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.75).

Finalmente, procurou-se respeitar os aspectos éticos, fundamentais para a não discriminação dos escolhidos, e a não exposição dos mesmos a riscos desnecessários. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Este trabalho teve o cuidado de realizar a adequada avaliação da relação risco-benefício, a obtenção do consentimento informado, através da assinatura de um termo. A finalidade primordial de tal termo foi: a obtenção da manifestação livre e adequadamente informada do indivíduo convidado a participar da

pesquisa, não devendo ser visto como uma mera formalidade legal ou burocrática a ser cumprida; bem como a garantia de preservação de privacidade.

A pesquisa realizou-se na área rural do município de Santo Antônio da Patrulha – RS, mais especificamente, em três diferentes comunidades: Passo do Sabiá, Ribeirão e Roça Grande. Foram feitas uma visita na propriedade e uma na AGRISAP (Feira do Agricultor de Santo Antônio da Patrulha). Além disto, participou-se de dois eventos, onde estas mulheres encontravam-se reunidas, juntamente com outras mulheres rurais, que foram: Palestra sobre Economia Solidária, ministrada por Lisiane Quevedo, no dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, em comemoração ao Dia Municipal da Mulher; e Semana da Alimentação Saudável, dos dias vinte e quatro a vinte e oito de outubro de dois mil e dezessete, ambos promovidos pelo STRSAP. Foram utilizados como referenciais teóricos, trabalhos já existentes sobre o tema, tanto de âmbito nacional ou regional, quanto no âmbito local.

Contribuíram com a pesquisa seis mulheres, com idades entre 28 e 63 anos, intencionalmente selecionadas. Tal escolha baseou-se na observação do destaque que estas mulheres vêm demonstrando, por sua atuação em espaços como; feiras de comercialização de produtos da agricultura familiar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (como associadas ou participantes da diretoria), e em eventos de entidades como: EMATER, Prefeitura Municipal, Polo Universitário, com sentido de apoiar e promover a inclusão e o fortalecimento das mulheres rurais. Após a etapa da seleção, foi feito um contato inicial com estas mulheres, quando foram convidadas a participar do estudo. As entrevistas foram realizadas no período de primeiro de setembro de dois mil e dezessete a vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete. Importante esclarecer, ainda, que cinco das mulheres entrevistadas, autorizaram sua identificação, porém uma delas, não. Por este motivo optou-se por não incluir no trabalho os nomes das participantes.

3. ASPECTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1. DESIGUALDADES DE GÊNERO

O trabalho das mulheres, seja na agricultura, na agroindústria ou na comercialização, é normalmente subordinado e considerado apenas como ‘ajuda’, mesmo que elas trabalhem

tanto quanto os homens. Aliado à frequente exclusão da sucessão na propriedade familiar, estes são os principais motivos pelos quais muitas mulheres preferem buscar emprego nas cidades, onde elas conseguem melhores colocações e salários. Sobre este aspecto, Brumer (2004) explica que,

[...] devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar, evidenciada na distribuição das atividades, nas esferas de produção e de reprodução do poder e do acesso à propriedade da terra, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens. (BRUMER, 2004, p.225)

Brumer (2004) problematiza a grande migração do meio rural para o meio urbano entre as décadas de 50 e 90, e conclui que, neste período, houve uma maior proporção de migrantes do sexo feminino. Segundo a autora, “[...] esta proporção pode ser explicada, em grande parte, pela relativa invisibilidade do trabalho feminino nos estabelecimentos agropecuários, entre outros fatores” (BRUMER, 2004, p.210).

Estudos realizados por Brumer (2004) e Maia (2004) revelam que: o desempenho das atividades produtivas das mulheres na agricultura não é reconhecido como sendo de seu domínio, e sim dos homens, mesmo quando ela o substitui em igualdade de desempenho, pois as mulheres do meio rural são vistas, geralmente, apenas como esposas e filhas. Anjos (2009), também identifica, em sua pesquisa, que o papel desempenhado pela mulher, na agricultura, está intimamente ligado à posição que ela ocupa dentro da família, conforme explica:

[...] homens e mulheres estão inseridos diferencialmente nas relações de mercado neste setor, e principalmente, na hierarquia social das posições na ocupação, cujo sentido é dado pelas relações de mercado, as mulheres concentrando-se nas posições menos valorizadas socialmente (como trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar e trabalhador na produção para o próprio consumo) (ANJOS, 2009, p.10).

Guardadas as especificações de ordem histórica, econômica e social da atividade agrícola, que os dados estatísticos não conseguem abranger, a autora conclui que: “[...] os dados apontam para a existência de uma regularidade em relação à condição feminina nessa atividade social, havendo forte associação entre condição na família e sexo” (ANJOS, 2009, p.18).

A diferença entre sexo e gênero, conforme Boni (2006, apud GIDDENS, 2005, p.4), é a de que “[...] o termo sexo é utilizado para definir as diferenças anatômicas e fisiológicas entre masculino e feminino, já o gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres”. Assim, a perspectiva de gênero extrapola os limites do biológico, tratando o homem e a mulher sob o enfoque social, de suas diferenças e relações, e contribui para a compreensão e modificação da situação social da mulher.

A separação das atividades próprias para cada gênero, que determinam as tarefas de reprodução como femininas e as de produção como masculinas, é algo que ocorre em todas as sociedades, em maior ou menor escala, mesmo sabendo-se que há na prática, o acúmulo das duas funções no dia a dia das mulheres, o que, segundo Silva (2013), permite uma situação de desvantagem para as mulheres, que recebem menores salários (mesmo em funções iguais), ocupando cargos menos elevados e realizando dupla jornada (SILVA, 2013). Isto ocorre mesmo que realizem trabalhos semelhantes, mas com reconhecimento de acordo com seus papéis sociais.

Para muitas mulheres, incorporar os papéis de mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora, além de gerar desgaste e insatisfação, gera também maiores cobranças. Para a resolução desta questão, seria necessária uma maior participação do marido e dos filhos nas tarefas domésticas, para que a mulher pudesse assumir funções fora do lar, como por exemplo, em um sindicato (BONI, 2006).

3.2. EMPODERAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

Conforme relata Brumer (2004), a partir do final dos anos 1970, o Rio Grande do Sul foi palco de uma das maiores mobilizações de mulheres rurais do Brasil na luta pela terra, que foi a ocupação da Fazenda Anoni em 1978. A mobilização evoluiu para a formação de um movimento organizado, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), durante a década de 80 (BRUMER, 2004).

Em 1989, foi criado o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). A criação do movimento foi baseada em uma forte representação regional e em uma liderança de aproximadamente 500 mulheres, muitas delas com experiência anterior em atividades da Igreja, do MST e dos sindicatos de trabalhadores rurais. O movimento defendia a saúde da mulher, a obtenção da licença-maternidade, a regularização dos direitos de aposentadoria atribuídos pela constituição de 1988, o reconhecimento do trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas (BRUMER, 2004).

Na década de 80, foram realizadas muitas mobilizações de mulheres rurais, com encontros locais e regionais. O primeiro encontro regional focalizando os problemas das mulheres trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul ocorreu em 1982, quando foi redigida a Cartilha da Mulher Trabalhadora, que criticava os conceitos de “unidade familiar” e de “chefe de família” contidos na legislação em vigor, e considerados discriminatórios com relação às mulheres, por negar-lhes direitos sociais e o acesso à aposentadoria (BRUMER, 2004).

Em 1983 aconteceu o Primeiro Encontro de Líderes Trabalhadoras; e em 1984, a celebração do dia 8 de março, em Erechim, reunindo mais de mil mulheres trabalhadoras rurais. Em 1985, realizou-se outro encontro regional, organizado pela FETAG e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que reuniu cerca de 10.000 mulheres rurais do Rio Grande do Sul, na capital do Estado, Porto Alegre. Vários outros encontros foram ocorrendo em diferentes municípios do Estado, que culminaram com a participação na caravana nacional em 1987, reunindo 12.000 participantes em Brasília, imbuídos do objetivo de “[...] pressionar os parlamentares a incluir as demandas das mulheres trabalhadoras rurais na nova legislação que estava sendo preparada” (BRUMER, 2004, p.222).

Como conquista das mulheres, a Constituição de 1988 garantiu o acesso das mulheres rurais ao benefício da aposentadoria por idade, aos 55 anos, e a outros benefícios, tal como licença-maternidade remunerada, e destacando o que diz Brumer (2004)

Uma das condições necessárias para o acesso aos benefícios da Previdência Social, principalmente no que diz respeito à aposentadoria, é a comprovação da condição de *trabalhadoras rurais*. Como a contribuição dos produtores rurais à Previdência Social – e ao mesmo tempo a comprovação da condição de *trabalhador rural* – é feita através de uma porcentagem da produção comercializada, para comprovar sua condição de *trabalhadoras rurais*, as mulheres precisaram ter seu nome incluído nas notas de venda dos produtos comercializados. Os homens não contestaram a inclusão do nome das mulheres nas notas de venda dos produtos do estabelecimento agropecuário ou no registro de notas diretamente em seu nome, em primeiro lugar, por não perderem nada com isso – a contribuição previdenciária global da unidade familiar de produção não aumentou, continuando a ser feita através de uma proporção da produção comercializada, e eles não tiveram seu poder, autonomia ou prestígio diminuídos; (BRUMER, 2004, p.223).

Delgado (1997) confirma que o ingresso de renda proveniente de aposentadoria, no estabelecimento agrícola, contribui para a sucessão familiar, pois possibilita a transferência da administração da unidade de produção agrícola aos filhos ou genros mais cedo, quando os filhos ainda são jovens.

As desigualdades de gênero no Brasil são históricas, e apesar dos avanços que as mulheres rurais vêm conquistando, através de engajamentos em movimentos sociais, lutas por empoderamento e busca da redução da invisibilidade, muitas ainda passam por privações, e pouco, ou nenhum, reconhecimento de seu trabalho.

Os grupos de mulheres rurais são constituídos em busca de soluções, não para apenas um problema, mas para diversas questões, de forma concomitante “[...] pelas intersecções de distintos desafios que vão desde as questões de gênero até a problemática da produção de alimentos no contexto da agricultura capitalista” (ERICE; MARQUES, 2017, p.686).

As autoras também explicam que, uma das questões refere-se aos muitos projetos governamentais dirigidos às mulheres rurais, surgidos a partir dos anos 80, que acabaram por

favorecer a entrada das mulheres no mundo produtivo e o aumento de renda. Porém, apontam para um aumento da sobrecarga de trabalho, na medida em que incorporaram ao trabalho reprodutivo uma excessiva carga de trabalho produtivo. Também é necessário observar com atenção o fato de que, muitas abordagens que têm foco na integração das mulheres ao mercado de trabalho, ampliam sua relevância econômica e social no desenvolvimento das regiões, mas podem não estar considerando a dinâmica das relações na esfera privada.

Transpassa esta perspectiva a noção de que as mulheres são vistas como instrumentos para o bem de outrem – família crescimento econômico – e não propriamente como ‘alvo’ do bem-estar e do desenvolvimento próprio; o que tem como resultado, além da sobrecarga de trabalho, o aumento da responsabilidade a elas designada. Algumas das seguintes declarações, presentes em documentos do Banco Mundial (2012), refletem esta visão. (ERICE; MARQUES, 2017, p.687).

Mesmo havendo diversos coletivos de mulheres, com diferentes discursos e enfoques, é através desta união e deste feminismo que elas buscam visibilidade e autonomia. Lutam por valorização de sua autoestima e de seu papel como produtoras de alimentos, portadoras de conhecimentos sobre saúde e elaboração de remédios. Lutam ainda contra a exclusão do acesso à terra, à sucessão rural, ao crédito e aos recursos, bem como ao domínio das grandes empresas multinacionais sobre a agricultura e sobre os medicamentos. (ERICE; MARQUES, 2017).

3.3. ATUAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Com relação à agricultura e a agroindústria familiar, os resultados dos trabalhos realizados pelos jovens e mulheres, em grande parte, não são computados de forma igualitária para todos os membros da família. Normalmente, as tarefas de gerenciamento da renda e da gestão do empreendimento são realizadas pelo homem, que é considerado o ‘chefe da família’, mantendo-se desta forma as tradições patriarcais (BONI, 2006).

Com a participação mais atuante das mulheres nas agroindústrias,

O trabalho que antes era feito na lavoura, passa a ser realizado próximo à sua casa, ou dentro dela, o que lhes permite compatibilizar melhor tais atividades com o trabalho doméstico. Tal possibilidade, porém, tem um lado negativo. A proximidade entre os dois tipos de trabalho acaba por confundi-los, fazendo com que as tarefas ligadas à agroindústria sejam consideradas quase como uma extensão do trabalho doméstico, e, portanto, como trabalho não produtivo. (BONI, 2006, p.3)

Porém, o processo de empoderamento das mulheres rurais, entendido como: “[...] a capacidade deste grupo de poderem decidir sobre as questões que lhe dizem respeito” (CKAGNAZAROFF et al., 2012, p. 404, apud GOHN, 2004), já se verifica em algumas propriedades e agroindústrias familiares, onde elas estão assumindo cada vez mais posições

de comando e coordenação, seja em movimentos sociais ou políticos, como também à frente de suas famílias, buscando melhores condições de trabalho e renda.

Contribuem, assim, para a perpetuação de um modo de vida peculiar aos que vivem no campo, mas sem exclusão da modernidade e de avanços técnicos, que visam promover o desenvolvimento sustentável de sua região, desde a defesa da segurança alimentar até a busca da melhora de sua autoestima, destacando que “[...] à medida que desestabilizam a lógica patriarcal, podem abrir espaço para a mudança dos padrões de gênero” (SILIPRANDI, 2009, p.126).

Como aliada e com sentido de alavancar este processo, surge uma política pública voltada para as agricultoras: o Pronaf Mulher, que consiste numa linha de crédito direcionada especialmente para a mulher, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), (Decreto nº 1946 de 28/06/96):

O PRONAF é um crédito específico de valorização da produção familiar, tendo também como perspectiva o desenvolvimento regional do meio rural, e desde sua criação constituiu-se numa alternativa econômica ao setor familiar rural, disponibilizando recursos com vistas a modernização tecnológica; a cooperação de serviços e produtiva; a processos agroindustriais e ao desenvolvimento econômico e local da agricultura familiar brasileira. (REFORMA AGRÁRIA EM DADOS, 2013).

A procura e o interesse pelo crédito vêm crescendo, apesar de ainda não terem sido feitos muitos contratos, que barram em alguns problemas como: a falta de titulação da terra em nome das mulheres e a falta de documentação, uma vez que muitas mulheres não possuem CPF, Carteira de Identidade e Bloco de Produtora Rural, ou o seu nome junto ao bloco do marido. Outra política pública que foi bastante importante para as mulheres é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, tanto no âmbito estadual quanto no municipal. Muitas mulheres utilizam este programa como forma de incrementar a renda da família.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. O Programa tem sua origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros. Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE. Em 17 de junho de 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao dedicar uma Seção às ações de EAN. Destaca-se ainda que, em 2 de abril de 2015, a Resolução CD/FNDE nº 4, considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações (FNDE, [S/D]).

As Feiras de Agricultores são também espaços valiosos que as mulheres agricultoras vêm utilizando, não só como ambiente de comercialização para obtenção de renda, mas como forma de conquistar visibilidade e estabelecer parcerias.

Normalmente, as mulheres são as encarregadas de cuidar: dos filhos, dos pais, de uma pessoa deficiente na família, dos netos, do marido ou quando alguém adoce. Na maioria das vezes, são elas que se envolvem com a escola dos filhos e com a transmissão dos valores religiosos. São também as mais envolvidas com a agroecologia, e por isso apresentam um grande potencial no fortalecimento das cadeias curtas de comercialização, nas questões de gestão ambiental, de aproveitamento do lixo orgânico e reciclagem de materiais e de preservação da biodiversidade.

Tem ainda se verificado relevante participação das mulheres agricultoras, em processos de transição da agricultura convencional em agricultura de base ecológica. Para Siliprandi (2009), a agroecologia nada mais é do que a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (SILIPRANDI, 2009 apud GLIESSMAN, 2000).

Joan Martinez Alier em seu livro *“El ecologismo de los pobres”* (2004), que trata dos diversos atores sociais envolvidos nas lutas ambientais, fala sobre a questão do gênero, onde mostra a contribuição que as mulheres podem dar, por travarem suas próprias lutas, num contexto onde novas relações entre a humanidade e a natureza se fazem necessárias, tanto quanto novas relações que não tratem de forma desigual homens e mulheres. A autora evidencia a posição das mulheres em “[...] sua permanente construção como seres que desafiam as coerções que lhe são impostas” (SILIPRANDI, 2009, p.22).

Assim, as mulheres rurais vão cuidando de não perder o protagonismo alcançado até agora, ao mesmo tempo em que buscam maior empoderamento, pois são produtoras de bens e fazem a gestão do meio ambiente, possuindo uma lógica de não destruição da natureza tendo também o papel de construtoras do conhecimento (SILIPRANDI, 2009).

4. O DESEMPENHO DOS DIFERENTES PAPÉIS DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

As mulheres rurais, como já comentamos e referenciamos, desempenham diversos papéis concomitantes, no seu dia-a-dia e de suas famílias. Através das respostas das entrevistas e da observação direta, de que se valeu esta pesquisa, pudemos perceber que elas estão presentes, de forma intensa, na produção e comercialização dos produtos da agricultura

familiar. Foi possível perceber também que, independente da idade e do grau de instrução, elas estão empreendendo e conquistando maior visibilidade.

Elas dirigem tratores, preparam a terra, realizam o plantio, capinam os canteiros e fazem a colheita (Figura2).

Figura 2. Agricultora mostrando os canteiros feitos por ela.



Fonte: Acervo Pessoal, 2017.

Ao mesmo tempo, cuidam dos filhos, mantêm a casa limpa, elaboram a comida que vai para a mesa, além de lavar a roupa da família, entre outros cuidados. Como se isso fosse pouco, preparam e embalam com zelo os produtos que serão levados para a comercialização.

Chegado o dia da Feira, estão presentes na montagem das bancas e na exposição dos produtos (Figura3). Vendem, recebem pagamentos, fazem contas, devolvem trocos, e tratam os clientes com eficiência e atenção.

Figura 3. Agricultora montando e organizando a banca de comercialização.



Fonte: Acervo Pessoal. 2017.

A Feira de Agricultores de Santo Antônio da Patrulha (AGRISAP), segundo as entrevistadas, é um importante local de compartilhamento, onde se criam oportunidades que ajudam a fortalecer suas ações na busca de visibilidade (Figuras 4). Neste espaço, propiciado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, elas participam de um grupo de economia solidária, que através da ajuda mútua, traz incentivo, motivação, união e novos conhecimentos.

Figura 4. Agricultora comercializando seus produtos.



Fonte: Acervo Pessoal. 2017.

A AGRISAP (Feira dos Agricultores de Santo Antônio da Patrulha) é um espaço de encontro entre agricultores e consumidores, destinado à comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, sem a participação de atravessadores. Foi inaugurada em 26 de abril de 2013, fruto da primeira edição do Projeto Propriedade Destaque, e é formada, atualmente, por dez famílias de agricultores, onde sete delas já estão produzindo de forma orgânica, com a Certificação da Rede Ecovida. A certificação visa desenvolver as propriedades de agricultores familiares, incentivando novas formas de agricultura, principalmente as voltadas para a agroecologia e a produção orgânica, onde o uso de insumos químicos é abolido. A AGRISAP, conforme reportagem da Revista Comemorativa dos Cinquenta Anos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha,

[...] tem como objetivo fomentar a comercialização e gerar benefícios para os agricultores familiares, por meio da promoção, divulgação e venda de seus produtos, troca de experiências entre os participantes, apresentação de novidades em técnicas e demais serviços que fazem parte da realidade local (STRSAP, 2016, p.20).

O Sindicato dos Trabalhadores, em Santo Antônio da Patrulha, foi fundado em 29 de julho de 1966, como decorrência das dificuldades geradas entre os agricultores do município, associados, na época, de duas cooperativas de agricultores, em encontrar colocação para seus produtos. Essas dificuldades decorreram de uma nova política de impostos implantadas pelo governo estadual por volta de 1961/62, que acarretou no fechamento destas cooperativas. O Sindicato, hoje, continua atuando em prol dos agricultores familiares do município, preocupando-se de forma especial, em dar apoio e suporte para as mulheres rurais, na busca de maior visibilidade e empoderamento (STRSAP, 2016).

Nas agroindústrias, também as mulheres mostram todo o seu potencial, empreendendo com coragem, vencendo obstáculos e desempenhando com eficiência em todos os segmentos da cadeia produtiva (Figuras 5 e 6).

Figura 5. Agricultora atuando no plantio da cana.



Fonte: Acervo Pessoal, 2016.

Figura 6. Agricultora atuando na Agroindústria.



Fonte: Acervo Pessoal, 2016.

Dentro de casa, alguns poucos maridos aceitam ajudar as esposas, lavando a louça, ou fazendo a comida. Outros até concordam em tomar conta dos filhos por algum período, nos finais de semana, por exemplo, para que elas possam concluir o trabalho acumulado. Mas, muitos ainda acham que ajudar em casa é vergonhoso e que a lida da casa é um trabalho menor. Como disse uma das mulheres, quando perguntada se o marido ajudava no serviço da casa: “Ele só pega o prato pra comer” (ENTREVISTADA 2, 2017). As esposas acabam por reproduzir tais posições, segundo elas: “Eles nunca foram acostumados” (ENTREVISTADA 5, 2017). Ou seja, elas referem um comportamento e uma compreensão por parte dos homens

(e delas mesmas), de que há uma certa ordem pré-estabelecida, cuja mudança é bastante difícil.

Para as famílias, as mulheres também têm a função de apoio e motivação. Nas palavras de uma entrevistada:

[...] o homem da roça, se não tiver a mulher, não vai pra frente. Muitas vezes, eles acham que decidem as coisas sozinhos, mas não decidem. Se não tiver a mulher, não tem suporte! (ENTREVISTADA 1, 2017)

Porém, poucas ainda são aquelas que, desde pequenas, recebem o apoio da família, tão importante para irem ao encontro de suas realizações pessoais, e quando o tem, podem ir muito longe, pois em nada são menos capazes do que os homens. A maioria das entrevistadas disse gostar do que faz, mas pode-se perceber que todas têm uma sobrecarga de trabalho, que o acúmulo dos papéis de reprodução e produção acarreta.

Duas jovens entrevistadas, que são irmãs, disseram que no seu caso foi diferente, pois “[...] em casa, nunca houve distinção entre papéis masculinos e femininos”, e que isso foi determinante para que pudessem ingressar na agricultura como trabalho produtivo, de forma um pouco mais tranquila (ENTREVISTADA 4, 2017).

As irmãs encontraram na produção e comercialização de alimentos orgânicos (ecológicos), uma motivação maior, já que estão conseguindo garantir o sustento da família, de cinco pessoas, e já pensam em novos empreendimentos na área da agroecologia e sustentabilidade.

Mas para elas foi, e continua sendo, um desafio mostrar que é possível a mulher trabalhar, tanto dentro quanto fora da propriedade, e desempenhar com seriedade seus papéis, para conquistar espaço e credibilidade. Elas estudam, administram a propriedade e participam da diretoria do Sindicato (Figura 7). São unânimes em afirmar: “[...] se as mulheres não enfrentarem, nunca vai mudar” (Entrevistada 6, 2017).

Figura 7. Irmãs agricultoras coordenando evento no Sindicato.



Fonte: Acervo de Danielle Peirot Paz, 2017.

5. AS MULHERES E O ENFRENTAMENTO DAS BARREIRAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

No desempenho de seus diversos papéis na área rural, as mulheres enfrentam muitas barreiras e de várias naturezas. Na maioria dos casos, as mulheres já enfrentam a discriminação e o preconceito dentro de seus lares, desde pequenas, onde são barradas em seus sonhos e em seu desenvolvimento pessoal. São criadas para não ir muito além dos limites de sua casa e daquilo que se convencionou ser seu principal papel: o reprodutor.

Depois que constituem suas próprias famílias, elas passam a cuidar dos filhos, da casa e do seu entorno. Trabalham muito, mas seu trabalho nem sempre é visto e poucas vezes valorizado. Muitas delas têm vontade de ir além destes limites, mas se o fizerem, terão que ser fortes, pois as dificuldades não serão poucas, a começar pela sua própria família. Se conseguirem, terão de entrar em um mundo dito masculino, e passar a ter também outro papel: o produtor. O que se percebe é que outras barreiras vão surgindo à medida que elas as enfrentam: depois da família, a vizinhança, a sociedade, o governo e, de um modo geral, elas precisam estar sempre provando que são capazes.

Aparentemente, o fato de estarem produzindo de forma orgânica, gera uma melhora na autoestima destas mulheres, pois esta forma de produção começa a ter uma maior visibilidade e reconhecimento por parte dos consumidores. Verifica-se, neste sentido, que a transição para a produção orgânica está sendo mais valorizada e estimulada, inclusive pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que atrela a permanência na Feira à produção orgânica. A confirmação desta intuição veio, quando uma das entrevistadas relatou as dificuldades do início da transição, em comparação com agora, passados cinco anos, quando já adquiriram trator e veículo utilitário, o que facilita muito seu trabalho e contribui para o aumento da produção.

Além disso, algumas, que trabalhavam no plantio e colheita do fumo, fizeram a transição para o cultivo orgânico. Uma delas relata estar um pouco desanimada, pois este primeiro ano de transição, não está sendo nada fácil; muitas são as dificuldades: problemas com o clima, pragas, entre outras. Ela diz saber que o não uso de agrotóxicos contribui para a conservação dos rios, a preservação da biodiversidade, a saúde de seus filhos e da população, e isto parece a tornar mais motivadas para enfrentar as barreiras. Neste ponto, mencionou a vontade de, ela e o marido diversificarem com a produção de cana, para fazer açúcar mascavo.

Sabemos que muitas outras barreiras surgem nas vidas das mulheres agricultoras, como por exemplo, as desconfianças dos homens quanto à sua capacidade, a tendência que

existe por parte da sociedade a minimizar, ou não enxergar as conquistas femininas e o seu trabalho, e a negligência por parte dos governos em promover políticas públicas especificamente para as mulheres. O STRSAP tem prestado importante apoio, no enfrentamento destas lutas. Para isto, tem promovido palestras e eventos que proporcionem maiores esclarecimentos e conscientização de seus direitos e de seu valor, e de que juntas, podem ser mais fortes. (Figura 10).

Figura 8. Palestra sobre Economia Solidária no STRSAP em 19/09/2017.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, 2017.

Outra fonte de vendas que acontece uma vez ao ano, em nível regional, é a EXPOINTER (Exposição Internacional de Animais), mais especificamente o Pavilhão da Agricultura Familiar, que é importante local de comercialização, onde algumas mulheres, representando suas famílias, ganham projeção, à medida que expõem produtos de qualidade, realizam bons negócios e incrementam sua renda a partir desta visibilidade, mostrando que as mulheres têm total capacidade para isso. (Figura 11).

Conforme reportagem publicada no site da EXPOINTER, o Pavilhão da Agricultura Familiar é um dos locais mais visitados da Feira, sendo seu objetivo valorizar agroindústrias gaúchas incluídas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), em parceria com o governo federal e as conveniadas EMATER, FETAG, FETRAF e Via Campesina (EXPOINTER, 2017). Ainda conforme a reportagem do site, um dos critérios de seleção e fiscalização utilizados para participar da exposição, é ser empreendimento gerenciado por mulheres.

Uma das mulheres entrevistada relatou que já participa há alguns anos, com o açúcar mascavo orgânico e a rapadura, e que “[...] no Pavilhão da Feira vendemos bastante, às vezes chega a faltar produto, vêm pessoas de longe que querem comprar da nossa rapadura.” (ENTREVISTADA 3, 2017).

Figura 9. Reportagem com agricultora na EXPOINTER 2017.



Fonte: Acervo Pessoal, 2017.

O Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha também tem importante papel nesta caminhada em busca de melhores condições de vida, que as mulheres vêm enfrentando, pois, além de possibilitar a aquisição de conhecimentos nas mais diversas áreas (como exemplo o Curso PLAGEDER), tem formado diversas parcerias com entidades do município, a fim de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, apoiando e motivando as mulheres rurais. Em parceria com a APRODESI-Sol (Associação de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e do Intercâmbio Solidário), ajudou a proporcionar a uma das entrevistadas desta pesquisa, que viajasse a França em intercâmbio, na qualidade de agricultora familiar, a fim de trocar conhecimentos e compartilhar saberes.

As mulheres entrevistadas desempenham papel fundamental na agricultura e na vida de suas comunidades. Com suas atividades buscam fortalecer as cadeias curtas de comercialização das quais fazem parte, lutando por sua sobrevivência, e de suas famílias, no campo. Suas iniciativas se referem também ao cuidado com as sementes, o processamento e preparo dos alimentos, ao trato dos pequenos animais, dentre outras atividades relacionadas ao que se considera ‘cuidados com a natureza’ (Figura 12). Nesse sentido, aos poucos vão ganhando espaço, e se tornando tão imprescindíveis para o desenvolvimento rural sustentável, assim ganhando também maior visibilidade nas esferas públicas.

Figura 10. Evento da Semana da Alimentação Saudável no STRSAP, em 26/10/2017.



Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, 2017.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa bibliográfica e a campo, foi possível observar que o trabalho das mulheres na agricultura ainda é bastante invisibilizado, muito embora alguns avanços significativos venham sendo conseguidos. É muito presente na vida rural a reprodução de papéis historicamente constituídos, nos quais recai sobre o homem, a visão da sociedade em geral, de que ele é o líder da família, e que as decisões a respeito da produção e comercialização dos cultivos são tomadas por ele. Também se verifica que, com frequência, continua sendo ele o que aparece mais, e ganha mais, em função de fazer o trabalho além da propriedade, e participar de atividades fora do âmbito familiar. No entanto, é importante mencionar, que vários elementos observados e registrados na pesquisa apontam que, na prática cotidiana, podem estar acontecendo mudanças importantes.

Durante as visitas, com a intenção de entrevistar e observar, se identificou com bastante clareza que, na prática, estas mulheres são, hoje, mais participativas no processo de produção e comercialização. Seu trabalho é cada vez mais de ‘produtora’, que gera renda, importante elemento para alcançar um empoderamento e uma visibilidade. Percebeu-se também que elas estão tomando decisões, trabalhando firme na propriedade e saindo da ‘porteira para fora’. Essas mudanças têm um efeito radiante sobre elas, pois, apesar de estarem sempre sobrecarregadas de trabalho, estão muito mais satisfeitas com sua nova posição dentro da família, nas comunidades e conseqüentemente no âmbito municipal e regional.

Constatou-se, no município estudado, como vem acontecendo em âmbito maior, que está nascendo de forma perceptiva para olhares mais atentos, uma movimentação em torno do orgânico e do agroecológico, trabalho em geral protagonizado pelas mulheres. Esse protagonismo as coloca numa posição um pouco mais central, visto que elas são as maiores propagadoras desses princípios. As mulheres rurais estão começando a perceber que, ao se reunir em torno de uma questão, para pensá-la e enfrentá-la juntas, conseguem mais reconhecimento, e este pode ajudar a alavancar a sua busca por melhores condições e qualidade de vida, para si, para sua família e trazer benefícios para o desenvolvimento rural sustentável e a preservação da vida no planeta.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriele dos. Família e divisão sexual do trabalho na agricultura brasileira. **Textos para Discussão FEE**, n. 65, p. 1-24, 2009.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS. **Biomassas**. Disponível em: <www.scp.rs.gov.br>. Acesso em: 07 nov. 2017.

BONI, Valdete. Agroindústrias Familiares: uma perspectiva de gênero. GT21 - Ruralidade contemporânea: desafios e perspectivas. **30º Encontro Anual da ANPOCS**. 2006.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, 2004.

CINTRÃO, R. P; HEREDIA, B. M. A. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

CKAGNAZAROFF, I. B. et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**. v. 46, n. 2, p. 403-423, Rio de Janeiro, 2012.

DELGADO, Guilherme. Previdência Rural: Relatório de Avaliação Socioeconômica. Projeto IPEA/MPAS. **Avaliação Socioeconômica da Previdência Rural – 1991 – 1995**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2049/1/td_0477.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

DMA/SAP - Departamento de Meio Ambiente de Santo Antônio da Patrulha. **Mapa do Banhado Grande**. Disponível em <www.meioambiente.pmsap.com.br/unidade/12>. Acesso em: 07 nov. 2017.

ERICE, A. S.; MARQUES, F. C. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 683-705, 2017.

EXPOINTER 2017. **Pavilhão da Agricultura Familiar apresenta produtos da colônia na 40ª Expointer. 26/08/2017**. Disponível em <www.expointer.rs.gov.br>. Acessado em 07/11/2017.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em 14 out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. **História do Município**. Disponível em: <www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/pmsap/historiadomunicipio>. Acesso em: 07 nov. 2017.

REFORMA AGRÁRIA EM DADOS. **Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/3-cr%C3%A9dito-pronaf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

SILVA, Carolina Braz de Castilhos. Gênero e Pluriatividade na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre Veranópolis e Salvador das Missões. 2009, 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22983>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

STRSAP - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha. **Revista Comemorativa dos Cinquenta Anos**. Santo Antônio da Patrulha. 2016.

APÊNDICES:**APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA:**

- 1) Quais são suas atividades dentro da Unidade de Produção Agrícola ou da Agroindústria?
Quais são suas atividades como dona de casa?
- 2) Como é feita a conciliação dos dois papéis? Quem ajuda? Divide com alguém alguma tarefa?
- 3) Como se sente com relação às suas tarefas e o seu dia-a-dia?
- 4) Como se sente com relação à forma como as pessoas veem o seu trabalho?
- 5) Em quais atividades participa gerindo ou coordenando? Como se sente com relação a isto?
- 6) Participa destas atividades desde cedo? Como era esta situação quando era mais jovem?
Como lida com esta situação na educação de seus filhos?
- 7) quais foram as maiores barreiras ou dificuldades enfrentadas para que viesse a ocupar papéis na gestão, coordenação, comercialização e no maior contato com as pessoas?
- 8) Você acha que o fato de participar na gestão e coordenação contribuiu para que seu trabalho se tornasse mais visível?
- 9) Como você acha que os homens e as pessoas em geral veem o trabalho das mulheres na agricultura? E a participação na gestão e coordenação?
- 10) Em quais pontos acha que seu trabalho trouxe as melhores perspectivas e melhores resultados para você como pessoa? E como mãe e dona de casa?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO.

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso "**título do projeto/tcc**" para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso "título do projeto/tcc" – do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo "**descrever os objetivos**".

A minha participação consiste na recepção do aluno "**Nome completo**" para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

(Cidade local) , ____/____/2017

ANEXOS:

ANEXO A: QUADRO SÓCIO/ECONÔMICO DAS ENTREVISTADAS:

Quadro Sócio/Econ.	Entrevistada A	Entrevistada B	Entrevistada C	Entrevistada D	Entrevistada E	Entrevistada F
Atividades	Sim.	Sim (mais ou menos).	Sim (mais ou menos).	Sim.	Sim.	Sim.
Atividades Produtivas	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.
Divide com alguém as tarefas reprodutivas?	Sim. Com o marido. O marido colabora nas atividades: limpar, fazer almoço, etc.	Sim, com a mãe e as irmãs e em menor grau com o pai.	Sim, com a mãe e as irmãs e em menor grau com o pai.	Sim, com a vizinha irmã e com a vizinha amiga (que é paga para ajudá-la).	Não.	Não.
Com quem divide as tarefas produtivas?	O marido descasca as frutas para os doces, ajuda a fazer chimias; ela ajuda na roça e a fazer rapadura, os dois se ajudam.	Com a família.	Com a família.	Com o marido.	Feira: só com ela/ Marido: engenho. Mas ela sobe pro engenho quando precisa.	Com o marido e um irmão dela que ajuda.
Tem poder de decisão?	Sim. Tanto ou mais que ele.	Sim. Tudo em família.	Sim. Tudo em família.	Sim, junto com o marido.	Sim. Casa, filho e Feira com ela. Engenho só com ele.	Sim. Com ele.
Já trabalhava na agricultura antes?	Sempre.	A partir da adolescência.	A partir da adolescência.	Sempre.	Não. Faz pouco tempo (6 anos).	Sempre, desde pequena. Os pais já plantavam fumo.
Sucessão familiar	Nenhuma das filhas seguiu. São professoras.	Não tem filhos.	Não tem filhos.	Gostaria, mas não vê muitas chances.	Gostaria, se tiver como dar estudo.	Gostaria, se tiver como dar estudo.
Faz gerenciamento?	Sim. Em todas as áreas.	Sim. Em todas as áreas.	Sim. Em todas as áreas.	Sim. Atualmente nos negócios e na casa.	Sim. Na casa, família e Feira.	Sim. Com ele.
Comercializa?	Sim. Bastante.	Sim. Bastante.	Sim. Bastante.	Sim. Na Feira.	Sim. Na Feira.	Sim. Ela que vende na feira.
Tem celular?	Sim. Os dois tem.	Sim, com a família	Sim, com a família	Não. Fica com o marido.	Não. Fica com o marido.	Não. Fica com o marido.
Dirige?	Não. Só o marido.	Sim. Ela e o pai.	Não conseguiu ainda a carteira.	Só o trator.	Sim.	Não.
Costuma fazer atividades fora de casa?	Sim. Sindicato, Expointer, Coordenadora do grupo de mulheres da comunidade.	Sim. Sindicato, Feiras, Universidade, Comunidade e muitas outras.	Sim. Sindicato, Feiras, Universidade, Comunidade e muitas outras.	Sim. Feira, bancos, Sindicato, outras.	Sim. Feira, bancos, Sindicato, colégio filhos, compras, tudo mais.	Sim, mas com o marido.
Participa ativamente do Sindicato?	Sim.	Sim.	Sim.	Ela, mais ou menos. O marido está trabalhando na diretoria do sindicato. Ganham Propriedade Destaque.	Como associados (Propriedade Destaque).	Como associados (Propriedade Destaque). Vão ganhar certificação.
Tem a colaboração e apoio do marido nisto?	Sim.	Sim, da família.	Sim, da família.	Ele trabalha no Sindicato atualmente (Diretor).	Sócios.	Sócios.
Tem a colaboração do marido nas tarefas da casa?	Sim.	Sim, do pai, um pouco.	Sim, do pai um pouco.	Não. Nunca foi acostumado.	Não. Ele está envolvido somente com o engenho.	Não. Nunca foi acostumado.
Gosta do seu trabalho?	Sim.	Sim. Muito.	Sim. Muito.	Sim. Adora.	Adora o campo, mas sente-se sobrecarregada.	Gosta.
O que produzem?	Derivados da cana e doces de frutas. Orgânicos. Agroecologia.	De tudo (plantações e criações). Orgânicos. Agroecologia.	De tudo (plantações e criações). Orgânicos. Agroecologia.	Verduras. Orgânico. Transição do fumo há cinco anos.	Cana-de-açúcar e panificados. Orgânico.	Verduras. Transição do fumo há 1 ano.
Idade	63	31	28	39	32	42
Escolaridade	5ª série	Superior (formanda)	Superior (formanda)	5ª série	Ensino médio	5ª série
Quem mora junto?	Só o marido	Pais e duas irmãs	Pais e duas irmãs	Marido e filhos	Marido e filhos	Marido e filha
Filhos:	Duas do casal e uma adotiva (que não quis mais estudar). Ajudavam no almoço, doces, limpeza.	Não.	Não	Dois: Menina 10 anos e menino nenê.	Dois: menino 8 e menina 11 anos.	Menina 7 anos.
Pronaf	Não.	Não.	Não.	Sim (compra da camionete)	Sim (mais alimentos- engenho)	Vão pedir (p/ criação de galinhas)
Pnae	Sim.	Não.	Não.	Sim.	Não.	Sim.
Atividades de lazer	Sim, na comunidade e fora dela.	Não.	Não.	Sim. Festas e bailes locais.	Sim. Festas locais.	Sim. Festas locais.